

III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Universidade Portucalense (Porto)
18 e 19 de junho de 2026

Constitucionalismo Multinível e a crise da soberania: entre a fragmentação normativa e a proteção ampliada dos direitos humanos.

Multilevel Constitutionalism and the Crisis of Sovereignty: between normative fragmentation and the expanded protection of human rights.

Elvis Gibson Leite COUTINHO¹

RESUMO

O presente estudo examina o constitucionalismo multinível a partir das transformações observadas no Estado Constitucional contemporâneo, sobretudo em razão da ampliação da proteção internacional dos direitos humanos e da intensificação do diálogo entre ordens jurídicas nacionais e internacionais. A pesquisa parte da compreensão de que a concepção clássica de soberania estatal, historicamente vinculada à ideia de supremacia normativa da Constituição interna, passou a sofrer releituras decorrentes da progressiva incorporação de tratados internacionais de direitos humanos e da crescente atuação de organismos e jurisdições supranacionais na tutela da dignidade da pessoa humana. Nesse cenário, o presente estudo objetiva analisar de que modo o constitucionalismo multinível contribui para o fortalecimento da proteção dos direitos fundamentais sem desconsiderar as tensões produzidas pela coexistência de diversos conjuntos de normas e interpretação constitucional. O referencial teórico da pesquisa fundamenta-se, principalmente, nos ensinamentos de Ingolf Pernice sobre constitucionalismo multinível, articulado com estudos relacionados à internacionalização do direito constitucional e dos direitos humanos. A pesquisa adota abordagem qualitativa, desenvolvida mediante revisão bibliográfica de doutrinas voltadas à teoria dos direitos fundamentais e ao diálogo institucional entre cortes nacionais e organismos internacionais de proteção de direitos humanos, assim como a análise normativa, com especial atenção à forma pela qual o ordenamento jurídico brasileiro passou a incorporar tratados internacionais de direitos humanos e aos

1 Mestrando em Direito, Governança e Políticas Públicas pela Universidade Salvador (UNIFACS), com pesquisa voltada à inclusão, direitos humanos, governança pública e políticas de acessibilidade no Poder Judiciário. Possui especializações em Gestão de Organizações do Poder Judiciário e do Ministério Público, Direito Eleitoral e Ciência Política. Atua como assessor no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), exerce atividades acadêmicas como professor na Universidade Salvador (UNIFACS) e na Universidade Corporativa Ministro Hermes Lima (UNICORP/TJBA). É membro da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA).

INSTITUIÇÕES ORGANIZADORAS



INSTITUIÇÕES COOPERANTES

AGÊNCIAS/FOMENTO



III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Universidade Portucalense (Porto)
18 e 19 de junho de 2026

reflexos sobre a dinâmica constitucional interna. Ao final, se sustenta que o constitucionalismo multinível não representa o esvaziamento da soberania, mas sua adaptação a uma realidade jurídica marcada pela cooperação institucional e pelo compartilhamento de responsabilidades na proteção dos direitos humanos. Embora esse modelo introduza maior complexidade interpretativa e possa gerar tensões entre diferentes instâncias de poder, se observa que ele também amplia os mecanismos de controle jurídico e fortalece a proteção dos direitos fundamentais diante de eventuais violações praticadas pelo próprio Estado. De forma preliminar, se conclui que a estabilidade desse modelo depende da construção de mecanismos institucionais capazes de compatibilizar proteção dos direitos humanos, segurança jurídica e preservação dos fundamentos democráticos do Estado de Direito.

Palavras-chave: constitucionalismo multinível; soberania estatal; fragmentação normativa; direitos humanos.

ABSTRACT

The present study examines multilevel constitutionalism in light of the transformations observed in the contemporary Constitutional State, particularly as a result of the expansion of international human rights protection and the intensification of dialogue between national and international legal orders. The research is based on the understanding that the classical conception of state sovereignty, historically linked to the idea of the normative supremacy of the domestic Constitution, has undergone reinterpretations arising from the progressive incorporation of international human rights treaties and the growing role played by supranational institutions and jurisdictions in safeguarding human dignity. Within this context, the study aims to analyze how multilevel constitutionalism contributes to strengthening the protection of fundamental rights without disregarding the tensions produced by the coexistence of multiple normative frameworks and constitutional interpretations. The theoretical framework of the research is primarily grounded in the teachings of Ingolf Pernice on multilevel constitutionalism, articulated with studies related to the internationalization of constitutional law and human rights. The research adopts a qualitative approach, developed through a bibliographical review of doctrines focused on the theory of fundamental rights and on the institutional dialogue between national courts and international human rights protection bodies, as well as normative analysis, with special attention to the manner in which the Brazilian legal system has progressively incorporated international human rights treaties and the effects of this process on domestic constitutional dynamics. Ultimately, the study argues that multilevel constitutionalism does not represent the erosion of sovereignty, but rather its adaptation to a legal reality marked by institutional cooperation and the sharing of

INSTITUIÇÕES ORGANIZADORAS



INSTITUIÇÕES COOPERANTES

AGÊNCIAS/FOMENTO



III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Universidade Portucalense (Porto)

18 e 19 de junho de 2026

responsibilities in the protection of human rights. Although this model introduces greater interpretative complexity and may generate tensions among different spheres of power, it is also observed that it expands legal control mechanisms and strengthens the protection of fundamental rights in the face of possible violations committed by the State itself. From a preliminary perspective, it is concluded that the stability of this model depends on the development of institutional mechanisms capable of reconciling human rights protection, legal certainty, and the preservation of the democratic foundations of the Rule of Law.

Keywords: multilevel constitutionalism; state sovereignty; normative fragmentation; human rights.

INSTITUIÇÕES ORGANIZADORAS



AGÊNCIAS/FOMENTO

